detido em casa. Trata-se de um personagem conhecido da polícia e da política paulistana. Atua no setor há quase três décadas, desde o aparecimento dos perueiros clandestinos na capital, em meados dos anos 1990. Ele teria como aliado na empresa Róbson Flares Lopes Pontes, que também teve a prisão decretada. O contador Joelson Santos da Silva também foi alvo de mandado de prisão e foi detido em casa.

Em outra frente, a Receita abriu 21 fiscalizações contra empresários e firmas investigados na Fim da Linha. De acordo com auditores do Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R\$ 148 milhões e movimentaram, entre os anos de 2020 e 2022, R\$ 732 milhões. Os auditores da Receita apontaram que as empresas sob investigação distribuíam dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos (mais informações na pág. A8).

CONTADOR. Um outro personagem chamou atenção dos investigadores. O contador João Muniz Leite foi um dos alvos de busca e apreensão, ontem ele é suspeito de ser um dos personagens centrais na montagem do esquema de lavagem de dinheiro do PCC por meio de uma das empresas de ônibus sob investigação.

Muniz já prestou serviços para Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O contador chegou a ser ouvido como testemunha durante a Operação Lava Jato, no processo do caso do triplex do Guarujá, pelo então juiz Sérgio Moro. A defesa de Lulinha sustenta que o filho do presidente nunca foi atingido pelas apurações que miram Muniz (mais informações nesta página).

MOVIMENTAÇÕES. O obietivo da organização criminosa montada por meio das empresas do setor de transporte público seria a lavagem do dinheiro do tráfico de drogas e de grandes roubos, como o de 770 quilos de ouro, ocorrido em 2021, no Aeroporto de Gua-rulhos. A análise das movimentações financeiras dos investigados feita pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) levantou ainda a suspeita de sonegações fiscais

Para a Receita Federal, os lu-

cros obtidos pelo contador

não são compatíveis com a re-

ceita bruta de suas empresas,

mesmo que considerados os

valores recebidos com a pre-

miação das loterias.

em compras e vendas de imóveis, daí a inclusão de fiscais da Receita Federal na operação.

Os promotores obtiveram o bloqueio de bens até o limite de R\$ 596 milhões para garantir o ressarcimento de prejuízos causados pela organização - valor equivalente ao faturamento da Transwolff em 2021. O sequestro atingiu bens de 28 empresas e 16 pessoas, além de 43 imóveis, uma aeronave, três lanchas e duas motonáuticas, tudo registrado no nome dos investigados. Elas fariam, de acordo com a

operação, parte de um cartel montado pelo crime organizado para se apossar do chama-do Grupo Local de Distribuição, do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros da capital. Por isso, fiscais do Cade (que investiga cartéis) participaram da operação.

## Laranjas Investigação mostra que dinheiro passou por 'laranjas' e familiares de integrantes do PCC

Esse é o caso do lote 4, na zona leste da capital paulista, concedido à mais polêmica das empresas investigadas: a UPBus, controlada por integrantes da cúpula do PCC e seus parentes, segundo investigações. O mesmo aconteceu com os lotes 10 e 11, controlados pela Transwolff, a terceira maior empresa do setor na cidade, com 1.111 veículos rodando pelas ruas.

De acordo com as investigações, a Transwolff só conseguiu participar da licitação feita pela Prefeitura em 2015 em razão do aporte de R\$ 54 milhões feito pela MJS participações Ltda., sob a forma de integralização do capital, dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Ao colocar o dinheiro na empresa, o PCC, segundo os promotores, além de consolidar sua posição no setor, ainda lavava os recursos do crime.

NA MIRA. Ao todo, sete companhias estão na mira das investigações da polícia e do Ministério Público, conforme revelou o Estadão em fevereiro. Juntas, elas são responsáveis pelo transporte de 27,5% dos passageiros de ônibus da capital e receberam R\$ 2 bilhões da Prefeitura só em 2023, sendo que três delas assinaram oito novos contratos e embolsaram R\$ 860 milhões em repasses do sistema depois da abertura dos mais recentes inquéritos sobre a ação do PCC no setor. Esse é praticamente o mesmo valor pago pela Prefeitura só para a maior das sete investigadas, a Transwolff, em 2023: R\$ 748 milhões.

AQUÁRIO. No caso da Transwolff, ela também foi escolhida pela Secretaria de Transportes para começar o programa do município que pretende substituir a frota de ônibus a diesel da cidade por veículos elétricos para cumprir a meta de reducão de emissões de gases de efeito estufa.

Em outubro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BN-DES) aprovou financiamento de R\$ 2,5 bilhões para o projeto de São Paulo. A empresa também é responsável por outro projeto da Prefeitura, o transporte hidroviário na represa Billings.

O início das operações chegou a ser anunciado, mas a Justiça proibiu, no fim do mês passado, que o prefeito Ricardo Nunes inaugurasse o ônibus aquático, após o Ministério Público do Estado apontar falta de estudos que garantam a segurança ambiental do projeto.

VÍTIMAS. Ao todo, os promotores do Gaeco reuniram 27 casos de vítimas do esquema que denunciaram à Justiça achaques, trapaças e ameaças, e sete ex-diretores expulsos das empresas nos últimos anos.

Segundo eles, seus companheiros impunham con-dições extremamente desfavoráveis aos antigos coope rados, que continuam na empresa, cobrando taxas extorsivas, apropriando-se dos repasses da Prefeitura aos donos de ônibus e pagando remunerações miseráveis a fim de forçá-los a entregar sua participação na empresa aos diretores, isto é, ao PCC. Para tanto, a facção usaria parentes e laranjas como acionistas.

2021, foi agraciado 178 vezes, A reportagem não conseauferindo R\$ 17,5 milhões, deguiu localizar o contador. pois de apostar R\$ 381,6 mil.

Muniz ficou conhecido por ter trabalhado para Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem também prestou serviços. De 11 de novembro de 2019 até 31 de julho de 2023, segundo dados da Junta

Comercial de São Paulo, Lulinha manteve uma de suas empresas, a G4 Entretenimento e Tecnologia Digital Ltda., registrada no mesmo endereço do escritório de Muniz, na zona oeste da capital. Lulinha diz que as investigações sobre Muniz nunca o atingiram. • M.G.

## Prefeito intervém em empresas, após ordem da Justiça



Nunes acata decisão após operação sobre empresas de ônibus

Por determinação judicial, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou ontem a intervenção nas empresas de ônibus Transwolff e UP-Bus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas.

A decisão cumpre ordem da Justiça, que pediu a intervencão direta na Transwolff e, no caso da UPBus, deu a opção de intervir na companhia ou entregar as suas linhas a outra operadora do sistema. O Estadão não conseguiu localizar os suspeitos na investigação.

As duas empresas passam a ser geridas por funcionários da SPTrans e por comitês formados por servidores da Controladoria-Geral do Município, da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria da Fazenda. Quem assume a Transwolff é o diretor de Planejamento de Transporte da SPTrans, Valdemar Gomes de Melo. O interventor da UPBus será o diretor de Operações da empresa municipal, Wagner Chagas Alves.

O decreto aponta que os comitês devem se pautar "estritamente de acordo com as determinações e estipulações contratuais, ficando, inclusive, responsáveis para requisitar os meios necessários para promocão de auditoria na empresa ora interditada".

SERVIÇO. Nunes disse que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas."

As duas empresas juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões pela Transwolff e 1,68 milhão pela UPBus.

No caso da Transwolff, ela foi escolhida pela Secretaria de Transportes para começar o programa do município que pretende substituir a frota de ônibus a diesel da cidade por veículos elétricos para cumprir a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa. Em outubro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 2,5 bi-lhões para projeto de São Paulo. A empresa também é responsáveľ por outro projeto da Prefeitura, o transporte hidroviário na represa Billings.

## Comitês Prefeitura escala servidores para cuidar de situação de empresas investigadas

Como mostrou o Estadão, as 1.ª e a 2.ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinaram o afastamento de 15 acio-nistas da UPBus e seis da direção da Transwolff e da cooperativa Cooperpam. Eles são suspeitos de manterem ligações com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC)

Entre os atingidos pela medida então os presidentes das duas empresas: Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora (Transwolff), e Úbiratan Antonio da Cunha (UPBus). No caso da UPBus, ainda foram alvo três parentes do traficante Anselmo Bachelli Santa Fausta, o Magrelo, assim como Alexandre Salles Brito. SAMUELLIMA EM.G.